

*Casa
de
S. Vicente*

ESTATUTOS

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

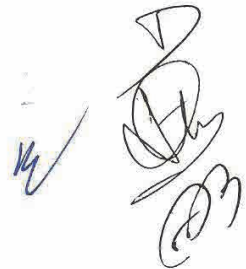
Da Denominação, Natureza e Fins

Anexo I
[Handwritten signatures and initials]

- Art.º 1** - A Associação "CASA DE S. VICENTE", Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede em Lisboa, na Azinhaga das Veigas, Nº 1, em Marvila, criada pôr Alvará de 27 de Junho de 1940, passa a reger-se pelos presentes Estatutos.
- Art.º 2** - A Associação de ideário católico, não admite qualquer espécie de discriminação de natureza ideológica, política, confessional ou racial.
- Art.º 3** - Tem a Associação por finalidade proporcionar actividades ocupacionais e residência, a pessoas deficientes ligeiras, moderadas ou graves, ao nível mental, sensorial e/ou motora, com vista à sua melhor reabilitação e integração na sociedade, utilizando para o efeito os processos técnicos mais adequados.
- Art.º 4** - Para o efeito, manterá oficinas (estritamente ocupacionais e/ou socialmente uteis), residências e outras modalidades de apoio, de acordo com as carências das pessoas atendidas.
- Art.º 5** - Será respeitada a evolução e actualização das técnicas estabelecidas, aceitando-se que outras formas de apoio possam ser criadas.
- Art.º 6** - Cada modalidade de apoio, reger-se-à pelo seu regulamento interno, elaborado pela Direcção em conformidade com as normas técnicas emitidas pelos serviços oficiais competentes e pôr eles aprovado.
- Art.º 7** - O apoio a prestar será gratuito ou comparticipado, de acordo com a situação económica dos utentes e com a respectiva modalidade de apoio, obedecendo às tabelas de comparticipações estabelecidas.

CAPÍTULO II

Dos Associados



Art.º 8 - A Associação "CASA DE S. VICENTE" compõe-se de número ilimitado de associados.

Art.º 9 - Podem ser associados pessoas singulares, maiores de 18 anos, ou pessoas colectivas.

Art.º 10- Haverá duas categorias de associados:

1º - *Honorários* - as pessoas que através de serviços ou donativos dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Instituição, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral.

2º - *Efectivos* - as pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação, obrigando-se ao pagamento de jóia e de quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

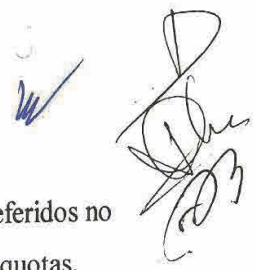
Art.º 11- A qualidade de associado prova-se pela inscrição actualizada no livro ou ficha respectiva, que a Associação obrigatoriamente possuirá.

Art.º 12- São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente a quota, tratando-se de associados efectivos.
- b) Cumprir os Estatutos da Instituição, deliberações da Assembleia Geral e resoluções da Direcção.
- c) Desempenhar com zelo os cargos para que forem eleitos.

Art.º 13- Os associados gozam dos direitos seguintes:

- a) Tomar parte nas Assembleias Gerais.
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais.
- c) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, nos termos do nº 3 do Art.º 33.


Art.º 14- 1. Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos no artigo anterior se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

2. Os associados efectivos, que tenham sido admitidos há menos de 1 ano, não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo anterior, mas podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, embora sem direito a voto.

3. Não são elegíveis para os corpos gerentes os associados que, mediante processo judicial, inquérito ou sindicância, tenham sido removidos dos cargos directivos da Associação ou de outra Instituição Particular de Solidariedade Social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções.

Art.º 15- 1. A qualidade de associado não é transmissível, quer por acto entre vivos, quer por sucessão.

2. Os associados não podem incumbir outrém de exercer os seus direitos pessoais.

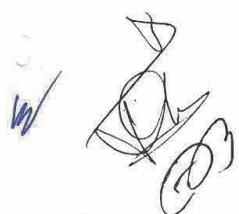
Art.º 16- Perdem a qualidade de associados:

1. Todos aqueles que dolosamente tenham prejudicado a Associação ou concorrido para o seu desprestígio.

2. Os sócios efectivos que durante seis meses deixarem de pagar quotas, sem qualquer justificação.

Art.º 17- 1. A exclusão de qualquer associado é da competência da Assembleia Geral, podendo a Direcção aplicar a suspensão até à reunião da próxima Assembleia Geral.

2. Nenhuma sanção poderá ser aplicada sem que ao associado sejam asseguradas as necessárias garantias de defesa. A interposição do recurso para a Assembleia Geral não tem efeito suspensivo.

- 
- Art.º 18-** 1. A admissão de sócios será feita por proposta à Direcção, da qual dependerá a respectiva autorização.
2. A Direcção, sempre que as circunstâncias o aconselhem, poderá, temporariamente, suspender a admissão de sócios de qualquer categoria.

CAPÍTULO III

Dos Corpos Gerentes

Secção I

Disposições Gerais

Art.º 19- A Gerência da Associação é exercida pelos seguintes órgãos:

- Assembleia Geral
- Direcção
- Conselho Fiscal

Art.º 20- 1. A duração do mandato dos Corpos Gerentes é de três anos, devendo proceder-se a nova eleição findo esse mandato.

2. O exercício dos cargos directivos é gratuito, podendo justificar-se o pagamento de despesas dele derivadas.
3. Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração das instituições exijam a presença prolongada de um ou mais membros dos corpos gerentes, podem estes ser remunerados, de acordo com o que vier a ser fixado pela Assembleia Geral.

Art.º 21- 1. Quando, no decurso do mandato, ocorrerem vagas que não excedam a metade menos um do número total dos Corpos Gerentes, podem estes ser preenchidos por nomeação dos restantes membros do órgão da Associação em que ocorram aquelas vagas.

2. O termo do mandato dos membros nomeados coincidirá com o dos membros inicialmente eleitos.

Art.º 22- São eleitores e elegíveis, para os Corpos Gerentes, todos os sócios que tenham sido admitidos há, pelo menos, um ano e tenham em dia as suas quotas, com excepção do previsto no nº 3 do Art.º 14.

Art.º 23- É permitida a reeleição para todos os cargos, a qual será limitada a dois mandatos, salvo se a Assembleia Geral reconhecer, expressamente, que é inconveniente proceder à sua substituição.

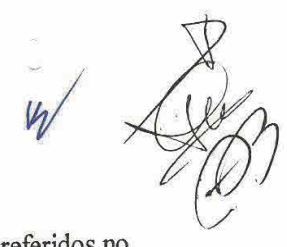
Art.º 24- 1. Os Corpos Gerentes são convocados pelos respectivos Presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Art.º 25- Os membros dos Corpos Gerentes não podem abster-se de votar nas deliberações tomadas em reuniões a que estejam presentes.

Art.º 26- Os membros dos Corpos Gerentes não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, seus ascendentes e descendentes.

Art.º 27- 1. É vedada aos membros dos Corpos Gerentes a celebração de contratos com a Associação, salvo se destes resultar manifesto benefício para a Instituição.

- 
2. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos, referidos no nº anterior, deverão constar das actas das reuniões do respectivo Corpo Gerente.

Secção II

Da Assembleia Geral

Art.º 28- A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

Art.º 29- À Assembleia Geral compete:

- a) Deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições dos outros órgãos directivos e, em especial, eleger e destituir por votação secreta os membros da Mesa da Assembleia Geral da Direcção e do Conselho Fiscal.
- b) Apreciar e votar anualmente o Orçamento e o Programa de Acção para o exercício seguinte, bem como o Relatório e Contas de Gerência.
- c) Deliberar sobre aceitação de heranças, doações e legados, sem prejuízo, no caso destes, da autorização da entidade tutelar quando houver encargos.
- d) Deliberar sobre alterações aos Estatutos e sobre a extinção da Associação.
- e) Deliberar sobre a exclusão de associados, sob proposta da Direcção, nos termos do Art.º 17, e sobre a concessão da qualidade de associado honorário, nos termos do Art.º 10.
- f) Fixar os montantes da jóia e da quota mínima.
- g) Vigiar a fidelidade do exercício dos Corpos Gerentes aos objectivos estatutários.
- h) Deliberar sobre qualquer matéria da competência da Direcção, que esta entenda dever submeter à sua apreciação.

- 2 ✓
- 3
- i) Fixar a remuneração dos membros dos Corpos Gerentes, nos termos do nº 3 do Art.º 20.

Art.º 30- 1. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa, constituída por um Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

2. O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1º Secretário.

3. Os Secretários serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos sócios escolhidos por quem presidir à Assembleia Geral, depois da aprovação da Assembleia.

Art.º 31- Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir e orientar os trabalhos da Assembleia, representá-la e, em especial:

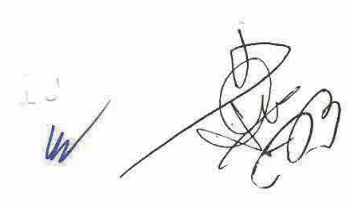
a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso, nos termos legais.

b) Conferir posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

Art.º 32- 1. A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa, ou seu substituto, com a antecedência não inferior a quinze dias, por meio de aviso postal, expedido para cada associado, ou através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação, na área onde se situe a sede da Associação, devendo a convocatória ser afixada na sede e noutros locais de acesso público, dela constando, obrigatoriamente, o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

2. Se, à hora marcada, não estiverem presentes a maioria dos associados, a mesma terá lugar uma hora depois, com qualquer número de associados.

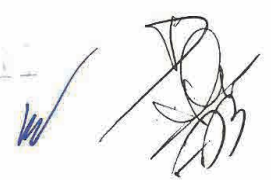
Art.º 33- 1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.

- 
2. A Assembleia Geral reunirá, obrigatoriamente, duas vezes em cada ano, uma até 31 de Março, para aprovação do Relatório e Contas de Gerência, e outra até 15 de Novembro, para apreciação e votação do Orçamento e do Programa de Acção, e trienalmente para proceder à eleição dos Corpos Gerentes.
 3. A Assembleia reunirá extraordinariamente sempre que seja convocada com um fim legítimo, por iniciativa da Mesa, ou a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal ou de um quinto dos associados que sejam eleitores. Neste último caso, para que a Assembleia possa ter lugar, deverão estar presentes, obrigatoriamente, três quartos dos associados que subscreverem a petição.
 4. Se o Presidente da Mesa não convocar a Assembleia, nos casos em que deve fazê-lo, pode qualquer associado requerer ao tribunal competente a convocação da Assembleia Geral, nos termos da lei.

Art.º 34- 1. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.

2. As deliberações sobre alterações dos Estatutos exigem o voto, favorável, de três quartos do número dos associados presentes.
3. As deliberações sociais sobre a dissolução da Associação requerem o voto favorável de três quartos do número de todos os associados, mas a dissolução não terá lugar se, pelo menos, vinte e dois sócios declararem a sua disposição de assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Art.º 35- São anuláveis as deliberações sobre matéria estranha à ordem dos trabalhos, salvo se todos os associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento.



Art.º 36- De todas as reuniões da Assembleia Geral serão lavradas actas em livro próprio e assinadas pelos membros da respectiva Mesa ou por quem os substituir.


Secção III

Da Direcção

Art.º 37- A Direcção da Associação “CASA DE S. VICENTE” é constituída por cinco membros que desempenharão os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogal.

Art.º 38- Compete à Direcção dirigir e administrar a Associação, e designadamente:

- a) Organizar e submeter à aprovação das entidades tutelares os Orçamentos, as Contas de Gerência e os Quadros de Pessoal.
- b) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores pertencentes à Associação.
- c) Velar pela organização e bom funcionamento dos serviços.
- d) Admitir os associados e propor à Assembleia Geral a eliminação dos associados.
- e) Providenciar sobre fontes de receita da Associação.
- f) Representar a Associação em juízo ou fora dele.
- g) Representar a Associação nos actos correntes da Administração, tais como, outorgar em escrituras de arrendamento dos seus imóveis. Nestes actos, serão suficientes as assinaturas de três elementos da Direcção, ou de dois membros, apenas, se a mesma Direcção tiver delegado, em dois dos seus membros, através de reunião de Direcção, ficando a delegação registada em acta.
- h) Movimentar os dinheiros a receber ou a pagar. Nestes actos, serão suficientes duas assinaturas dentre o Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro da Direcção.

- 
- i) Deliberar sobre a realização de depósitos a prazo.
 - j) Celebrar acordos de cooperação com serviços oficiais competentes.

Art.º 39- Compete, em especial, ao Presidente da Direcção:

- a) Superintender na Administração da Associação e dirigir serviços que lhe pertençam.
- b) Despachar os serviços normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando, porém, estes últimos à confirmação da Direcção, na primeira reunião seguinte.
- c) Promover a execução das deliberações da Assembleia Geral e da Direcção.
- d) Assinar a correspondência e, conjuntamente com o Tesoureiro, as autorizações de pagamento e as guias de receita.


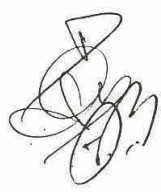
Art.º 40- Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

Art.º 41- Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das sessões e superintender nos serviços de expediente.
- b) Organizar os processos dos assuntos que devem ser apreciados pela Direcção.

Art.º 42- Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Associação.
- b) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita, conjuntamente com o Presidente, e arquivar todos os documentos de receita e despesa.
- c) Apresentar, mensalmente, à Direcção, o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior.

- 
- 
- Art.º 43-** 1. A Direcção reunirá com a frequência que considere necessária.
2. De cada reunião, será lavrada acta.

- Art.º 44-** 1. A Direcção é convocada pelo seu Presidente e, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente, e só pode deliberar estando presente a maioria dos seus componentes.
2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Secção IV

Do Conselho Fiscal

- Art.º 45-** O Conselho Fiscal é constituído por três membros: Presidente e dois Vogais.

- Art.º 46-** Compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre as contas e o relatório anual da gerência e estar presente nas Assembleias Gerais.

CAPÍTULO IV


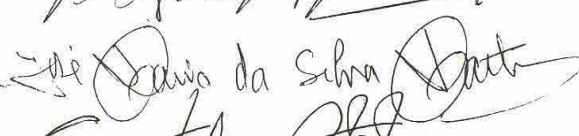
Disposições diversas e transitórias

- Art.º 47-** 1. Constituem as principais receitas da Associação:
- a) O produto da jóia e das quotas dos associados.
 - b) O rendimento de heranças, legados e doações.
 - c) As comparticipações dos utentes.
 - d) Os donativos e o produto de festas e subscrições.
 - e) Os subsídios do Estado e de outros organismos.

2. A escrituração das receitas e despesas deverá obedecer às normas emitidas pelos serviços oficiais competentes.

Art.º 48- A Associação, no exercício das suas actividades, respeitará a acção orientadora e tutelar do Estado, nos termos da legislação aplicável, e cooperará com outras instituições particulares e com os serviços oficiais competentes, para obter o mais alto grau de justiça, de benefícios sociais e de aproveitamento de recursos.

Art.º 49- Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor e as normas orientadoras emitidas pelos serviços oficiais competentes.

A Mesa da Assembleia Geral
O Presidente: 
O 1.º Secretário: 
O 2.º Secretário: 